

**PROCESSO N°** : 2016/31000/000513  
**UNIDADE GESTORA** : 310100 – Secretaria de Segurança Pública  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2015  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 044/2016**  
 SGD N° 2016/09049/000746

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Segurança Pública**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

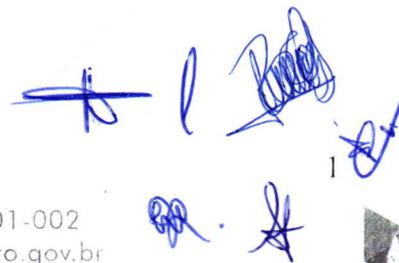
2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 120 e 121**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, **demonstra déficit** orçamentário de **99,65%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **2,01%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	228.500,00	741.572,57	324,54
Receitas de Capital	39.405.568,00	55.400,00	0,14
<b>TOTAL</b>	<b>39.634.068,00</b>	<b>796.972,57</b>	<b>2,01</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	-	7.526,18	-
0223	228.500,00	135.612,59	59,35
0225	8.000.000,00	598.275,02	7,48
0226	-	55.400,00	-
0227	-	158,78	-
4219	252.209,00	-	0,00
4221	31.153.359,00	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>39.634.068,00</b>	<b>796.972,57</b>	<b>2,01</b>

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **85,55%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	226.084.743,00	224.430.588,70	99,27
Despesa de Capital	37.419.846,00	995.266,54	2,66
<b>TOTAL</b>	<b>263.504.589,00</b>	<b>225.425.855,24</b>	<b>85,55</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	223.670.521,00	223.562.293,37	99,95
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	20.000,00	199.357,30	996,79
223 - Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	228.500,00	23.265,00	10,18
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	8.000.000,00	1.640.939,57	20,51
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	252.209,00	0,00	0,00
4221 - Operações de Crédito Vinculada-PIRMC	31.153.359,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>263.504.589,00</b>	<b>225.425.855,24</b>	<b>85,55</b>

3.5 As alterações no orçamento inicial refletem uma **redução de 27,40%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.6 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 796.972,57**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 221.190.979,98**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 22.984.191,43** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 7.545.373,37**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 225.425.855,24**, as transferências financeiras concedidas no montante de



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, some with numbers like '2'.

**R\$ 185.917,33**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 20.930.530,14**, restando saldo de **R\$ 5.975.214,64** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **125 e 126**.

3.7 O Balanço Patrimonial, às fls. **133 e 134**, demonstra uma situação **negativa** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.7.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **934,82%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.7.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 63.999.290,30**, composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante.

3.7.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.036.983,26**, deste montante, **R\$ 3.191.019,47** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 845.963,79** restos a pagar não processados.

3.7.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 988.328,56**, pago **R\$ 988.328,56** e cancelado **R\$ 206.823,48**, restando ainda um saldo de **R\$ 1.664.750,68**.

3.7.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 1.002.919,36** e cancelado **R\$ 374.369,55**, restando um saldo de **R\$ 385.135,35**.

3.7.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de **R\$ 18.907,72**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 6.123.825,80**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 6.104.918,08**, conforme fl. **134**.

3.8 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 63.999.290,30**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.8.1 Registra-se saldo de bens móveis próprios em processo de localização no total de **R\$ 4.050.244,27**, bens móveis de terceiros em processo de localização no valor de **R\$ 1.023.302,71**, e ainda bens móveis de terceiros não localizados anterior a 2012, no valor de **R\$ 252,55**, conforme Nota Explicativa às fls. **135 a 136**.

3.9 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 299.681,57**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **185 a 188**.

3.10 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 5.919.814,64**, que confere com o Balanço Financeiro e extratos, exceto com



conciliação bancária fl. 190 e 191, referente ao extrato às fls. 272/336 e número da conta à fl. 266, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 1.021.344,46**:

1 - **R\$ 25.418,46** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 995.926,00** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 4.898.470,18**.

3.11 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 67.819.553,88**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 221.586.147,31** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 241.798.801,48**, reduzindo o Patrimônio Líquido em **R\$ 20.212.654,17**, conforme demonstrado à fl. 128.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido **negativo** no valor de **R\$ 1.570.158,73**, à fl. 143.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria de Segurança Pública** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **1** (um) processo de adesão em ata de registro de preços, **17** (dezessete) processos de pagamento de dívida reconhecida como despesas de exercícios anteriores, tendo sido recomendada a devida apuração de responsabilidade de quem deu causa a pagamento de dívidas em alguns processos acima citados.

4.1.1 Também foram analisados, por solicitação da entidade, **4** (quatro) concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos, **1** (um) processo contratação de empresa especializada na elaboração de projetos complementares, **1** (um) processo de reforma e adequação do antigo prédio do Centro de Ensino Médio Tiradentes, para abrigar a Academia de Polícia Civil – AESP, **1** (um) processo de obras referente a construção da Delegacia de Polícia Civil em Araguatins, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **5** (cinco) atendimentos via telefone e **10** (dez) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.



4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na **Secretaria de Segurança Pública** no exercício em análise, conforme informado à fl. 289.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 15 a 70, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria da Segurança Pública**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011 (PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do **órgão** foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, à fl. 68, definidos nos Programas Temáticos 1020 - **Segurança e Proteção ao Cidadão**, 1034 - **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1074 - **Gestão e Manutenção** da Secretaria da Segurança Pública.

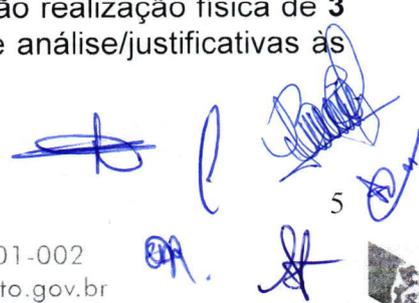
6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas **3** (três) metas físicas, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que **2** (duas) tiveram alto grau de execução com média de **407%** em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA e a terceira meta teve baixa execução de **3%**, conforme demonstrado às fls. 35 a 38.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **4** (quatro) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para o órgão, conforme análise/justificativas às fls. 27 e 34.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar **8** (oito) serviços à sociedade, sendo **2** (dois) parcialmente de um total de **9** (nove), demonstrando um elevado grau de eficiência alcançado pelo órgão, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, especificado nos relatórios, às fls. 39 a 45.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **13** (treze) ações orçamentárias, sendo **8** (oito) de natureza atividade e **5** (cinco) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um alto grau de eficiência, apesar da não realização física de **3** (três) e financeira de **3** (três) delas, respectivamente, conforme análise/justificativas às fls. 46 e 59.



  
5

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **5** (cinco) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **99,96%** de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta, às **fls. 60 e 64**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 294 a 297**, um quantitativo de **2.344** servidores ativos, sendo que **30** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **160** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Cesar Roberto Simoni de Freitas, Abizair Antônio Paniago** e outros relacionados neste processo à **fl. 06**.

**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**, aos 18 dias do mês de março de 2016.

  
**Luciana Birgel de Castro**  
Analista/Assistente Administrativo

  
**Cristiane Dalastra**  
Analista/Contador

  
**Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda**  
Gerente de Avaliação e Controle da  
Gestão Governamental

  
**Wellington Junior Silveira**  
Gerente de Auditoria em Gestão  
Administrativa

  
**Augusto de Souza Pinheiro Júnior**  
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;  
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.  
Em 18/03/2016.

  
**SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA**  
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

